

Índice

A realidade virtual, um novo modo de contar histórias	1
Porque Theresa May não será Margaret Thatcher 2.....	2
Cartas de esperança na caixa de correio da aldeia.....	3
"Elementos Secretos"	4

A realidade virtual, um novo modo de contar histórias

Com a saída para o mercado do primeiro capacete de simulação, nasce um novo modo de entretenimento, onde há primazia para a imersão sensorial e para a construção da própria história. Ao mesmo tempo, os criativos desta indústria têm de responder a duas grandes perguntas: haverá limites éticos que configurem estas experiências? Qual é a nova linguagem da realidade virtual?

No ano passado, saiu no mercado o capacete de realidade virtual Oculus Rift, cuja patente foi adquirida pelo Facebook. Houve depois o lançamento de outros dispositivos similares, como Play Station VR, HTC Vive ou Samsung Gear VR.

Estes dispositivos não são baratos à partida: aquando do lançamento, 99 euros para o Samsung Gear, 700 euros para o Oculus Rift e mais de 1000 euros para o HTC Vive, o mais caro de todos. Todos exigem a ligação a um computador de grande potência, ou no caso do capacete de Play Station, a uma consola modelo PS4.

A experiência "de imersão" que os dispositivos oferecem é um dos seus pontos fortes. Como afirma Jack Nicas no "The Wall Street Journal" (3.1.2016), a nova realidade virtual "cria experiências parecidas com a vida real e faz com que, muitas vezes, os utentes se tornem participantes ativos, mais do que passivos".

Até há pouco, os avanços tecnológicos não permitiam uma simulação tão perfeita. Mas agora é possível graças à coincidência de vários fatores, explica Brendan Iribe, diretor executivo da Oculus: a imagem 3D de alta definição, os sensores de movimento e de voz, a ambientação sonora... Tudo contribui para que o utente se sinta protagonista da ação, seja a pedalar junto do E.T., a dançar nos vales austríacos com Fräulein Maria, a cantar sobre o cenário num concerto de rock, ou a conviver com insetos do seu mesmo tamanho numa floresta.

A potencialidade desta tecnologia para nos isolar do mundo real e submergir-nos numa experiência virtual suscitou um debate sobre os seus limites éticos. Alguns, como o engenheiro da Sony, Richard Marks, dão pouca importância aos possíveis efeitos que derivam de um uso excessivo: "Tal como qualquer outro meio, [a realidade virtual] pode ter efeitos bons ou negativos. Penso que as pessoas podem envolver-se tanto como na leitura de um livro".

Nem todos têm essa opinião. Jeremy Bailenson, do Laboratório de Interação Humana Virtual da Universidade de Stanford, investigou desde 2003 o alcance desta tecnologia através de centenas de experiências virtuais, desde voar como um super-herói a estar na situação de uma vaca numa matança. "Basicamente, procurou dar resposta a uma questão central: Pode a realidade virtual mudar o nosso modo de pensar e de nos comportarmos? A minha resposta é que, normalmente, sim", defende Bailenson. A grande semelhança com a experiência real e a resposta ativa solicitada por estes dispositivos contribui para isso.

Por outro lado, não é recomendável utilizar um capacete de realidade virtual durante mais de meia hora, visto que,

segundo advertem a Samsung e a Oculus, pode causar náuseas, fadiga visual e enxaquecas.

Estes e outros efeitos levaram alguns a sugerir que se fixem critérios éticos para regular a produção de conteúdos de realidade virtual. “Até que ponto é permissível controlar a consciência de outra pessoa? Haverá um limite que determine quanto pode uma pessoa manipular a experiência de outra? Será bom que tenhamos experiências de realidade virtual que ainda não tenhamos tido na vida real”, são algumas das interrogações que colocava o crítico de cinema Roger Ebert há duas décadas, quando este fenómeno começava a germinar.

Um dos desafios mais urgentes é como contar histórias através da realidade virtual. “Durante décadas, vimos os filmes como observadores num cinema às escuras”, diz Robert Stromberg, dirigente da Virtual Reality Co. O cinema exigia do espectador uma atitude receptiva; através de recursos visuais e sonoros, o filme orientava a nossa atenção de um modo ou de outro.

Não acontece assim na realidade virtual, onde a interatividade é um fator chave, juntamente com a imersão sensorial. Assim, o utente converte-se em “cocriador” da história na qual está imerso: toma decisões, movimenta-se numa direção ou noutra, faz descobertas...

Diz-se que a realidade virtual vai fazer com que Hollywood tenha de reescrever o guião por completo, embora ainda não saibamos exatamente como. Alguns realizadores de topo, como Ridley Scott ou Steven Spielberg, estão a trabalhar em projetos de realidade virtual; também a empresa Oculus arrancou com um departamento criativo dirigido por um antigo animador da Pixar, Saschka Unseld.

Até agora produziram pequenas curta-metragens de animação, como “Henry”, a história de um gracioso ouriço frustrado por não poder dar abraços. Neste filme, o espectador pode explorar a casa do ouriço e controlar, até certo ponto, o curso da história.

Mas Ed Catmull, cofundador da Pixar, defende que a realidade virtual não se encaixa bem com a narrativa cinematográfica: “A narrativa linear é o relato – artisticamente dirigido – de uma história, onde a iluminação e o som apontam para um objetivo muito claro”, explicou numa entrevista ao “The Guardian”. “Não se trata simplesmente de vaguear por um mundo fictício. O facto de a tecnologia mudar (...) não muda as dificuldades inerentes a uma narrativa convincente”.

Talvez a solução não esteja em compaginar a realidade virtual com a narrativa própria do cinema. Em vez disso, muitos propõem um novo modo de contar histórias: “A nossa esperança é a de poder criar uma história ao nível do teatro, do romance e do cinema (...) mas encontrando aquilo que é mais próprio deste meio”, afirma Kamal Sinclair, diretora dos laboratórios New Frontier, ligados ao festival de cinema de Sundance.

Tratar-se-ia, portanto, de criar uma nova linguagem que potencie os traços mais característicos da realidade virtual, da imersão e da interatividade, despertando assim no espectador a capacidade criativa e o assombro. “Estou convencido de que não vai ser uma extensão do cinema, até do cinema em 3D ou dos videojogos. É algo novo, diferente, algo que está por experimentar”, defende Werner Herzog.

P. A.

Porque Theresa May não será Margaret Thatcher 2

As comparações entre Thatcher e May, segunda mulher a ocupar o número 10 de Downing Street, eram inevitáveis. Ambas são conhecidas pela sua determinação, a sua firmeza nas negociações e a sua enorme capacidade de trabalho. Daí que alguns meios de comunicação tenham começado a falar de May como a nova “Dama de Ferro”, termo que Thatcher ganhou enquanto governou entre 1979 e 1990.

As semelhanças não são totais. As fortes convicções liberais de Thatcher contrastam com o pragmatismo de May, que é definida como “carente de visão ideológica”. Mas esta caracterização é exagerada: a atual primeira-ministra não se distingue de Thatcher por carecer de ideias políticas, mas por ter ideias diversas.

Tal como Cameron com a sua proposta do “centro compassivo”, May está decidida a afastar o Partido Conservador do liberalismo de linha dura de Thatcher. E embora considere necessárias as medidas de austeridade, o seu empenho em fazer dos *tories* um partido mais inclusivo vem de longe.

Quando Thatcher foi eleita líder dos *tories* em 1975, May estudava geografia em Oxford. Conta Gaby Hinsliff num longo artigo publicado no “The Guardian” (3.2.2015), que os seus colegas conservadores estavam muito polarizados nessa altura, e diferiam na forma de enfrentar a inflação e o poder dos sindicatos. Mas May “soube manter-se à margem dos ferozes debates ideológicos” e “permaneceu firme no centro”.

Poder-se-ia pensar que a sua posição correspondia a indecisão ideológica. Todavia, Hinsliff dissipa esta suspeita quando fala da arriscada intervenção que teve May – deputada desde 1997 – durante uma convenção do Partido Conservador, realizada em 2002. May lamentou que os *tories* fossem vistos como diabólicos (*nasty party*, disse literalmente) e pediu aos seus correligionários que se convertessem num

partido para todos os britânicos. O que, na sua opinião, passava por reforçar a diversidade.

Disse no seu discurso: “Como conservadora tenho desconfiança instintiva da discriminação positiva. Acredito firmemente na meritocracia. Mas será que escolhemos verdadeiramente os nossos candidatos em função do mérito?”. A pergunta apontava para um problema real: “Nas últimas eleições gerais (2001) foram eleitos 38 novos deputados *tories*. Deles, somente um era mulher e nenhum pertencia a uma minoria étnica. Será isto justo?”

A renovação que May pedia, incluía também uma alteração de prioridades para o partido. Depois de elogiar o impulso renovador que Thatcher trouxe em 1979, insistiu na necessidade de procurar um novo rumo: “Em 1979, o desafio era reformar a economia. Hoje, o desafio é reformar os serviços públicos”.

A sua visão daquilo de que necessitava o partido levou May a ultrapassar as suas próprias reservas em relação à discriminação positiva. Um assunto em que, previsivelmente teria chocado completamente com Thatcher. Em 2005, depois da terceira vitória consecutiva dos trabalhistas, May lançou – juntamente com a sua colega Anne Jenkin – a campanha “Women2Win” para promover como deputadas mais mulheres *tories*.

Em 2006, o Partido Conservador adotou um sistema proposto por May para favorecer as candidaturas de mulheres, *gays* e membros de minorias étnicas nas diversas circunscções. Como se vê, o pragmatismo de May não está privado de causas.

De qualquer forma, se se comparar May com Boris Johnson ou Michael Gove, dois dos aspirantes a suceder a Cameron que ficaram pelo caminho, não há dúvida de que o seu era o perfil mais pragmático. Pode ser que May não seja o tipo de líder “capaz de atrair e de fazer rir um círculo de pessoas”, explicou ao “The New York Times” (5.7.2016) um ex-deputado *tory*. Mas “a sua prudência ser-lhe-á de grande utilidade quando rebentar o caos” na era posterior ao *Brexit*.

J. M.

Cartas de esperança na caixa de correio da aldeia

Uma ugandesa, Peace Ruharuzza (nascida em 1976), lidera uma fundação que tenta mudar o destino das crianças pobres do seu país. A sua iniciativa, Fountain of Peace (Fonte de

Paz), de inspiração cristã, procura garantir material escolar, habitação e água potável às crianças e famílias de Miranga, uma aldeia do Uganda. Peace sabe o que é viver sem estas condições mínimas, mas a sua existência sofreu uma metamorfose a partir do dia em que, com nove anos, começou a ser apadrinhada por uma família canadiana.

O apoio monetário foi o impulso decisivo. Diz ao “The New York Times”: “Deu um novo sentido à minha vida; ajudou-me a converter-me naquilo que sou e a mudar uma geração”. Peace e a sua fundação trabalham no Uganda juntamente com uma ONG especializada no apadrinhamento de menores, Compassion, “para transformar as vidas das crianças e das comunidades de um modo centrado em Jesus Cristo.

O testemunho da ugandesa tem réplicas em vários sítios do mundo em desenvolvimento, embora também haja histórias que falam de resultados menos positivos. A pertinência de fazer chegar dinheiro a um menor num país remoto para “o capacitar”, é um método questionável na opinião de alguns, cujos argumentos vão da ética aos custos económicos.

O mecanismo do apadrinhamento pessoal não é complexo: uma ONG que se dedica a temas de ajuda ao desenvolvimento dá a escolher ao eventual doador um candidato entre vários. O padrinho compromete-se a fazer chegar mensalmente à criança uma verba até que termine os estudos secundários. A ONG entrega-lhe cerca de 80 % do montante, e reserva a percentagem restante para gastos de gestão.

Um aspeto chave é o intercâmbio entre o beneficiário e o seu benfeitor, que se efetua através de cartas e fotografias. A criança costuma contar ao seu mecenas como é que está a progredir na escola graças à contribuição monetária, enquanto o doador a encoraja a continuar a avançar para poder dar o salto que ela e a sua família necessitam.

O esquema de cooperação funciona razoavelmente bem. 9 milhões de crianças de todo o mundo beneficiam dos 3000 milhões de dólares que são movimentados anualmente ao abrigo desta forma de ajuda. A estratégia é transformar a vida de alguém que, inserido numa família, numa comunidade, possa ser um fator de mudança positivo para o seu meio.

Uma objeção habitual à ajuda personalizada seria que fomenta uma “dependência desmobilizadora”, e que convida os recetores a adotarem uma atitude acomodaticia e despreocupada. Mas exemplos como o de Peace Ruharuzza mostram o contrário.

Outra das observações é que, ao seleccionar um entre vários, gera-se uma percepção de discriminação e fomentam-se as divisões. Mas que se possa escolher um ou dois não teria de ser um problema. Simplesmente existem doadores que preferem ver como o seu dinheiro faz progredir a vida de alguém em concreto. Porquê prescindir deles?

Apesar das insuficiências do esquema, não parece lógico que se afaste *a priori* uma forma de cooperação que pode

complementar as de desenvolvimento comunitário. O menor que recebe a mensalidade do seu padrinho terá possibilidades de viver ainda melhor se, além disso, outras ONG levarem a eletricidade até à sua escola ou equiparem uma sala de Pediatria no hospital próximo.

Por outro lado, o apadrinhamento pessoal foi introduzindo mudanças estruturais. Conhecidas ONG ampliaram a sua gama de variantes, ao constatar que o esquema “de um benfeitor para um beneficiário” não funciona em todos os sítios. Assim o fez a Plan International. Na Etiópia, em 1974, a organização concluiu que entregar dinheiro às famílias, tal como havia sido feito na Europa, não teria sido eficaz. Então apostaram em financiar projetos em comum, em criar cooperativas de crédito e em complementar os salários. Hoje a *web* da organização dá informações sobre vários programas de índole comunitária, e ao mesmo tempo mantém o convite das suas origens: “Apadrinha um menino ou uma menina e proporciona-lhe um futuro melhor”.

Em 2013, uma equipa de especialistas das universidades de Washington, São Francisco e Minnesota publicou uma investigação a partir de entrevistas realizadas a 10 000 adultos na Bolívia, Guatemala, Índia, Quênia, Filipinas e Uganda. Os resultados mostraram que aqueles que tinham sido apadrinhados, haviam permanecido mais tempo no sistema educativo e, portanto, deram origem a uma maior percentagem de trabalhadores colocados em cargos muito qualificados e a lideranças nas suas comunidades e nos seus grupos religiosos.

Um dos investigadores, o economista Bruce Wydick, da Universidade de São Francisco, respondeu a algumas interrogações na “Aceprensa”:

- *Alguns defendem que estes programas discriminam as crianças, pois nem todos na comunidade são beneficiados...*

- Aquilo que temos essencialmente é um programa que funciona, no qual os beneficiários se vão encontrar em melhor posição económica do que aqueles que não o são. Uma ONG pode dirigir todos os seus esforços a patrocinar todas as crianças em poucas aldeias, ou somente uma, ou algumas, em mais aldeias. Pode ser visto como algo injusto, mas parece melhor limitar o número de beneficiários por lar, para que se possa ajudar o maior número de famílias possível.

- *O patrocinador e o patrocinado estão muito ligados através da correspondência, mas quando a relação termina, como fica a criança ou o adolescente no plano afetivo?*

- Penso que, por vezes, a relação continua, mas mesmo se isso não acontecesse, a verdade é que o rapaz ou a rapariga ficarão, em média, numa melhor situação económica do que se não tivessem sido objeto de patrocínio.

- *Quais seriam, na sua opinião, os riscos do apadrinhamento pessoal, se os houvesse?*

- Considero existirem mais riscos no modelo “comunitário” de apadrinhamento. Quando se apadrinha uma só criança, contrai-se uma responsabilidade muito maior, e se acontece alguma coisa a essa criança, ou se abandona a escola, o padrinho preocupa-se com aquilo que sucedeu. Num modelo baseado na comunidade, o patrocinador raras vezes sabe aonde foi parar o seu dinheiro, além de que é prestada muito menos conta pelos resultados.

L. L.

“Elementos Secretos”

“Hidden Figures”

Realizador: Theodore Melfi

Atores: Taraji Henson, Octavia Spencer, Janelle Monáe

Duração: 127 min.

Ano: 2016

Um filme baseado em factos reais sobre três mulheres negras da NASA na década de 60. Nessa altura, o objetivo é chegar à lua primeiro do que os russos, um projeto lançado pelo presidente Kennedy.

Trabalhar na NASA é algo reservado só aos mais distintos “cérebros”. Por isso, a seleção destas três mulheres deve-se à sua competência em Física e Matemática, mas sofrem na pele a discriminação por serem negras. No entanto, lutam pelos seus sonhos por meios pacíficos. Decidem aproveitar cada desafio que lhes é proposto, para mostrarem as suas capacidades. Revoltam-se contra as injustiças através dos bons resultados que atingem. Apoiam-se umas nas outras. Traçam metas e sabem esperar, para no momento oportuno, intervirem em defesa do que é justo e correto.

Entretanto, o líder e responsável da NASA é um homem que sabe inspirar os outros. Ao dar-se conta da discriminação, em vez de tentar alterar as leis gerais, modifica o que está ao seu alcance e estabelece a igualdade racial na empresa. Dá oportunidades a essas mulheres e reconhece perante todos o seu valor, não só por palavras mas com gestos. Não tem a cabeça na lua mas em quem tem ao seu redor...

Tópicos de análise:

1. Um líder descobre os talentos de cada um e permite que cresçam.
2. Para alterar a mentalidade, o exemplo pessoal é o mais eficaz.
3. Ter sonhos concretos e realistas, motiva a lutar por eles.

[Hiperligação](#)

Paulo Miguel Martins

Professor da AESE

